

|     |            |                                |  |            |    |
|-----|------------|--------------------------------|--|------------|----|
| 121 | 2639/1-5   | TEREZINHA DE VASCONCELOS LOPES | TECNICO JUDICIARIO DE ENTRANCIA ESPECIAL | PASSE CARD | 34 |
| 122 | 12347/1-4  | TOMAS EDSON BANDEIRA ROCHA     | AUXILIAR JUDICIARIO                      | PASSE CARD | 38 |
| 123 | 8091/1-0   | VERA LUCIA JUCA MORENO         | TECNICO JUDICIARIO DE ENTRANCIA ESPECIAL | PASSE CARD | 38 |
| 124 | 200744/1-7 | VIRGINIA MORAIS PESSOA         | TECNICO JUDICIARIO DE ENTRANCIA ESPECIAL | PASSE CARD | 36 |
| 125 | 200744/1-7 | VIRGINIA MORAIS PESSOA         | TECNICO JUDICIARIO DE ENTRANCIA ESPECIAL | F          | 36 |
| 126 | 200673/1-3 | ZAIRTON FERNANDES REBOUCAS     | TECNICO JUDICIARIO DE ENTRANCIA ESPECIAL | PASSE CARD | 38 |

PORTARIA Nº 1465/2012

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** que uma das responsabilidades do Poder Judiciário é a gestão dos documentos institucionais por ele produzidos ou recepcionados no desempenho de suas atividades e funções, tendo como principais escopos: organizar, de maneira eficiente, a geração, trâmite, guarda, conservação e descarte dos documentos, assim como o acesso às informações neles contidas; racionalizar o uso dos espaços físico e lógico e o fluxo documental; selecionar os documentos, com a eliminação daqueles que não tenham valor administrativo, fiscal, legal, histórico ou científico;

**CONSIDERANDO** que as petições iniciais apresentadas por meio físico no Serviço de Protocolo do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará são obrigatoriamente digitalizadas e encaminhadas no formato digital à Divisão de Distribuição, sob a forma de processo eletrônico, nos termos insertos na Resolução nº. 11, de 28.05.2010, e que a mesma norma oportuniza ao peticionante o resgate dos documentos físicos no prazo de trinta (30) dias (art. 20);

**CONSIDERANDO** o teor do Provimento nº. 18, de 18.07.2011, o qual disciplina os procedimentos de eliminação de petições e documentos físicos protocolados e digitalizados no Poder Judiciário do Estado do Ceará, editado sob a orientação da Recomendação nº. 11, de 22 de maio de 2007, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no que se refere à adoção de políticas públicas socioambientais; em consonância com a Resolução nº 02, de 21 de janeiro de 2010 da Justiça Estadual Cearense, a qual estabelece como um dos objetivos do Plano Estratégico do Poder Judiciário local a responsabilidade socioambiental; consoante a Resolução nº. 11, de 28 de maio de 2010, a qual instituiu no âmbito da justiça do Estado do Ceará o sistema eletrônico de tramitação de processos judiciais, de comunicação de atos e de tramitação de peças processuais;

**CONSIDERANDO** a necessidade de promover os expedientes necessários ao descarte de documentos judiciais, tais como a seleção, triagem, publicações dos editais de descarte, atendimento aos peticionantes e organização do acervo;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Instituir, em caráter provisório o grupo de trabalho extraordinário pelos seguintes servidores:

| SERVIDOR                     | MATRÍCULA |
|------------------------------|-----------|
| Maria do Espírito Lima Maia  | 590       |
| Alderilo Rodrigues Araújo    | 696       |
| Francisco de Assis Rocha     | 97909     |
| Gerusa Maria Lima Batista    | 165       |
| José Sildácio C. Barrocas    | 18451     |
| Francisco Ferreira da Silva  | 93353     |
| Luiz Valdemiro de Sena Melo  | 8202      |
| José Maria Correia Filho     | 6239      |
| Renato Araújo Duarte         | 8076      |
| Maria José Alves de Mesquita | 93349     |
| Antônia Fátima Costa Firmeza | 95632     |

Art 2º - O trabalho extraordinário acima referido, será executado de segunda a sexta-feira, no horário de 18:00 às 20:00, a contar da data da publicação desta Portaria, até 30 dias.

Art. 3º – Aos servidores serão concedidos os majorados em R\$ 800,00 (oitocentos reais), os valores percebidos a título de gratificação por execução de trabalho relevante, técnico ou científico, prevista no art. 132, inciso IV, da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDENCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 04 de setembro de 2012.

Desembargador JOSÉ ARÍSIO LOPES DA COSTA  
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 1464/2012

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** que dentre os diversos objetivos traçados no Planejamento Estratégico deste Tribunal destaca-se o de assegurar uma prestação jurisdicional célere e efetiva;

**CONSIDERANDO** a necessidade de promover os expedientes de ao cadastramento, conferência e estudo das ações